

FRANCISCO JULIÃO E AS LIGAS CAMPONESAS: UMA ANÁLISE DAS NARRATIVAS E USOS DO PASSADO ¹

Consultor: Fernando Henrique Guimarães Barcellos ²

A partir da segunda metade dos anos 50, um movimento surgido nos canaviais pernambucanos atraiu a atenção do Brasil e de outros lugares do mundo. Ligas Camponesas era assim que se chamava. Reforma agrária na lei ou na marra, este era seu lema mais conhecido. O movimento organizava os camponeses na luta pela terra, mas, implicitamente, impelia-os a conquistar algo que, em toda a História do Brasil, nunca tiveram: cidadania. Ao lutar pela terra, organizados, os camponeses reunidos em torno das Ligas ganhavam dimensão política, adquiriam condições para se libertar do jugo que os oprimia havia séculos. Era algo completamente novo no Brasil. Por isso, marcou o imaginário dos que sonhavam com transformações no País. E assustou aqueles que preferiam que a situação social no campo brasileiro continuasse como sempre estivera. Como presidente de honra deste movimento, responsável por seu direcionamento político e organização, estava um deputado pernambucano de 40 anos: Francisco Julião. Filho e neto de senhores de engenho, ele fizera a opção contrária às suas origens. Deixou a comodidade da casa-grande e colocou-se ao lado dos camponeses. Entregou-se completamente à causa deles. Dizia ele

"Quem assume um compromisso com o povo não deve fazê-lo pela metade, quem toma seu partido não pode limitar os passos, fixar condições, restringir a ação, parar no meio do caminho. Quem, finalmente, decide-se a abraçar a sua causa, ou a faz de maneira radical, ou finda por atraí-la, cedendo ao inimigo, conciliando com ele, transigindo, pactuando. Numa palavra: capitulando".³

Foi em virtude dessa entrega, em virtude do seu conhecimento de causa que abraçara, em virtude do momento histórico em que viveu, que muitas pessoas já afirmaram, que nunca nenhuma pessoa, nenhum partido, fez tanto pelo movimento camponês brasileiro quanto Francisco Julião.

Ele fora, por duas vezes, deputado estadual. Escreveu livros. Era constantemente acusado de comunista, mas vivia às turras com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), então a principal força de esquerda no país. No seu trabalho de conscientização nas Ligas, a Bíblia foi uma de suas armas - mas ele mesmo era ateu, fato que nunca confessou de público. Em 1964, com o Golpe Militar, seu mandato de deputado federal foi cassado e as Ligas foram extintas. Tempos depois foi preso, e libertado por habeas corpus, em 1965, exilou-se no México. Voltou em 1979, com a anistia. Filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). Em 1986, candidatou-se a deputado federal. Acompanhando o PDT, decidiu apoiar a candidatura do usineiro José Múcio Monteiro, do Partido da Frente Liberal (PFL), na disputa pelo Governo do Estado. O adversário era Miguel Arraes, então no PMDB. O apoio foi firmado por um acordo que recebeu o nome de Pacto da Galiléia - uma alusão ao Engenho Galiléia, onde a luta das Ligas Camponesas começara. Por esse pacto, os usineiros se comprometiam a doar 10% de suas terras para a reforma agrária, caso José Múcio Monteiro fosse governador. Arraes foi eleito com ampla maioria dos votos. Julião obteve uma votação insignificante. Retornou ao México, mas visitou o Brasil diversas vezes. Nunca se preocupou com dinheiro. Passou os últimos dias de sua vida morando num apartamento alugado, minúsculo, de má qualidade, na periferia de Tepoztlán. Morreu lá, quase na penúria. Tinha 84 anos. Era o dia 10 de julho de 1999.

Francisco Julião e a criação das Ligas

"Eu não inventei as ligas. Elas são a flor que se abre no lodo".⁴ 4 Esta frase foi utilizada, por Julião, para definir o processo de criação das Ligas e revelar a situação dos camponeses nos anos 50, em

¹ Este artigo é fruto do projeto de "Pesquisa, organização e disponibilização de informações sobre temas do mundo rural", uma parceria do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura / Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural com o Observatório Fundiário Fluminense / Universidade Federal Fluminense.

² Fernando H. G. Barcellos é graduado em história pela UFF, mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA/UFRRJ e membro da equipe de pesquisadores do Observatório Fundiário Fluminense.

³ Cit. Santiago (2001: 11). Todos os documentos, textos e entrevistas utilizadas neste artigo encontram-se disponíveis para consulta no acervo do Observatório Fundiário Fluminense - UFF.

⁴ Novos Rumos. Rio de Janeiro: ano II, n 100. 1961.

Pernambuco. Em outros contextos, entretanto, Julião evocou uma multiplicidade de eventos para falar da construção das Ligas. *"Nunca fui absolutamente fundador das Ligas"*, declara Julião, complementando em seguida que a luta camponesa *"é uma história muito larga, muito longa", que vem de longe, não de uma organização, partido ou homem, mas de lutas indígenas e dos "escravos com seus quilombos"*.⁵

Julião afirmou que nos últimos dias de dezembro de 1954 um grupo de camponeses atravessou a Avenida Caxangá, no Recife, para um encontro com a história. Eles não sabiam disso. A pessoa com quem iriam encontrar, também não. Não havia nenhum indício, nada que mostrasse que aquele dia, aquelas pessoas, aquele encontro, pudessem ter algo de especial. *"O que havia era o de sempre: o calor, que nos jornais da época era muitas vezes chamado de infernal, e um grupo de camponeses vítimas de injustiça, fato que nem merecia a atenção dos jornais"*. Os camponeses estavam em uma carroça puxada a cavalo. Em dias anteriores, já haviam batido em diversas portas, em busca de ajuda, sem nada conseguir. Alguém lhes dera um nome e um endereço. Era para lá que estavam rumando. *"Não sabiam se iam ser bem recebidos. Talvez tudo não passasse, mais uma vez, de uma esperança frustrada"*.⁶

Do grupo faziam parte camponeses cujos nomes depois iriam aparecer na imprensa e nos livros: Zezé da Galiléia, Manuel Severino, Amaro do Capim e o irmão, José Ayres dos Prazeres. Entraram na casa. Prazeres carregava um monte de papeis debaixo do braço, amarrados com um cordão barato. Adiantou-se e viu dois homens sentados, um deles lendo jornal. Era Francisco Julião. E desse encontro, teve início a relação de Julião com as Ligas Camponesas, ou melhor, a Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), entidade que reunia 140 famílias de camponeses do Engenho Galiléia, de Vitória de Santo Antão.⁷ Mas, ao narrar a chegada desses moradores em sua residência, Francisco Julião fez questão de dizer que a Sociedade já estava formada, mas não legalizada. Julião destacou que os objetivos da SAPPP, muitas vezes, apareceram descritos de forma equivocada em alguns livros e reportagens sobre o período.

"Há uma versão, romântica, de que ela surgira apenas com o fim de criar um fundo para comprar caixões. Mas isso não era a coisa fundamental. Muita gente fez disso o problema fundamental, para dramatizar a questão da mortalidade no Nordeste. Entendo perfeitamente bem, porém não era a coisa fundamental".⁸

Sem recursos para quase nada, os camponeses mortos eram levados até o cemitério dentro de um caixão fornecido pela Prefeitura. Chegando lá, o cadáver era colocado na cova – sem o caixão, que era trazido de volta para ser usado novamente. Só quem escapava do caixão emprestado eram aqueles que se associavam a "sociedades mortuárias". Pagavam uma pequena quantia por mês e, quando morriam, tinham um ataúde próprio e sepultura garantida. Essa poupança fúnebre, segundo Julião, *"era a aposentadoria deles"*.⁹

A versão romântica da criação da Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco seria desmentida também, segundo Julião, a partir da análise dos seus estatutos e dos depoimentos das pessoas que participaram de sua organização. Dos objetivos iniciais da Sociedade Agrícola – além, sim, da tentativa de angariar fundos para comprar caixões, também o de obter recursos para construir escolas e garantir assistência médica e jurídica para os camponeses. *"Também se pretendia formar uma cooperativa de crédito para a compra de sementes, adubos e instrumentos agrícolas. E ajudar a pagar a dívida dos que estivessem com o pagamento do foro atrasado"*.¹⁰

Julião afirmou que no dia 1 de janeiro de 1955, ele foi pela primeira vez ao Engenho da Galiléia. Era o desdobramento do encontro que tivera em sua casa. *"Os camponeses fizeram festa para me receber. Contavam agora com um advogado para defendê-los"*. E um advogado que, para completar, ainda era deputado. Uma cena desse dia marcou Julião: enquanto ia passando em direção ao local da reunião, camponesas idosas lhe jogavam pétalas de rosas.¹¹

⁵ Depoimento de Julião no evento "1964-94 – A conquista da Cidadania", especificamente na mesa Terra e Desigualdade: a luta pela reforma agrária e as Ligas Camponesas. Niterói: UFF, 1994.

⁶ Entrevista Francisco Julião a Aspásia Camargo. México, 1977.

⁷ Entrevista Francisco Julião a Aspásia Camargo. México, 1977; Entrevista Francisco Julião a Lúcia Murat para o programa da série "Testemunho", da TVE. Rio de Janeiro, s/d.

⁸ Entrevista Francisco Julião a Aspásia Camargo. México, 1977.

⁹ Entrevista Francisco Julião a Aspásia Camargo. México, 1977.

¹⁰ Entrevista Francisco Julião a Aspásia Camargo. México, 1977.

¹¹ Cit. Santiago (2001: 13).

Julião destacou que em 1955 praticamente não existiam sindicatos rurais em Pernambuco – embora a criação deles fosse oficialmente reconhecida pela Constituição.

“A criação de uma liga era incomparavelmente mais fácil”, afirma Julião.¹² A entidade surgiu como uma sociedade civil de direito privado, e assim bastava registrá-la no cartório mais próximo, sem a necessidade de reconhecimento do Ministério do Trabalho. Para criá-la era necessário reunir um grupo de 40 associados, fazer um estatuto e eleger a diretoria. Depois, preparar uma ata que seria assinada por todos e fazer o comunicado à Justiça. E estaria fundada a nova Liga, que poderia ser de um só engenho, de um distrito, uma determinada área – ou seja, era possível criar várias no mesmo município.¹³

Nos primeiros tempos, as Ligas enfocavam apenas duas reivindicações básicas: a abolição do cambão (os dias de trabalho dados de graça para o proprietário) e o não-pagamento do aumento do foro: *“Partimos de premissas simples e claras, objetivas e bem definidas, antes de falar em outras mais complexas e distantes, como a reforma agrária, o cooperativismo e a socialização da terra”*.¹⁴

As armas mais utilizadas por Julião para conquistar a simpatia e a confiança dos camponeses foram o Código Civil e a Bíblia. O primeiro, como condição essencial para lidar com o legalismo arraigado dos camponeses. A segunda, para aproveitar a religiosidade deles. Um movimento que, entre os camponeses, se iniciasse tendo a imagem de “desrespeito à lei” não prosperaria, afirmava Julião.¹⁵ Mais tarde, com o movimento consolidado e a confiança conquistada, então se poderia avançar no sentido de contestar a lei.¹⁶

Francisco Julião: na lei ou na marra

No início da década de 60, as Ligas Camponesas estavam em fase de acelerada expansão. Atingiram, praticamente, todo o Estado de Pernambuco, embora suas lutas mais intensas fossem na Zona da Mata. Em determinado momento de 1961, chegaram a ter 10 mil associados e 40 sedes municipais, das quais as mais fortes eram as de Água 7 Preta, Bom Jardim, Cabo, Escada, Goiana, Igarassu, Jaboatão, São Bento do Una e Vitória de Santo Antão. De 1960 a 1962 as Ligas estavam presentes em mais de uma dezena dos Estados brasileiros.¹⁷

Segundo Julião, Luís Carlos Prestes, o maior líder comunista do País, percebeu a força das Ligas e, no início de 1961, chamou-o para um encontro no Rio de Janeiro. Propôs a fusão das Ligas Camponesas com a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB, entidade que fora criada pelo PCB, em 1954. Prestes considerava que, com a junção das duas o movimento agrário adquiriria mais força e teria mais condições de espalhar-se nacionalmente. Julião seria o líder da nova entidade que surgiria dessa unificação – mas ele não aceitou a proposta. Unificado nessas condições, acreditava, o movimento acabaria ficando sob o controle do PCB.¹⁸ No tocante à inserção no campo, e ao número de associados, as Ligas estavam muito à frente da entidade criada pelos comunistas, comparava Julião. A ULTAB tinha a vantagem da máquina do partido, abrangência nacional, mas não chegava ao camponês.

“Era uma coisa muito vaga porque, em geral, os seus presidentes e os seus membros não eram camponeses – havia até promotores públicos. O presidente nacional da ULTAB era um alfaiate. Não conheci um só dirigente dela que fosse camponês, é possível que houvesse, porque ela se estendeu pelo país. Mas não tinha nenhuma força, pois não congregava a massa camponesa. Só as Ligas em Pernambuco congregavam muito mais camponeses do que a ULTAB em todo o Brasil”.¹⁹

A relação de Julião com o PCB, que nos primeiros anos das Ligas fora de muita aproximação, iria deteriorar-se a ponto de entrarem em choque. Um dos pontos dessa ruptura foi o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em novembro de 1961, em Belo

¹² Entrevista Francisco Julião a Aspásia Camargo. México, 1977.

¹³ Entrevista Francisco Julião a Aspásia Camargo. México, 1977; Azevedo, 1982.

¹⁴ Entrevista Francisco Julião a Lúcia Murat para o programa da série “Testemunho”, da TVE. Rio de Janeiro, s/d.

¹⁵ Depoimento de Julião no evento “1964-94 – A conquista da Cidadania”, especificamente na mesa Terra e Desigualdade: a luta pela reforma agrária e as Ligas Camponesas. Niterói: UFF, 1994.

¹⁶ “Carta de alforria do camponês”. Francisco Julião. Recife, 1961.

¹⁷ Azevedo (1982) e Ricci (1999).

¹⁸ Entrevista Francisco Julião a Aspásia Camargo. México, 1977.

¹⁹ Cit. Sampaio (2001: 30).

Horizonte (MG). Era um evento organizado pela ULTAB, que compareceu com a grande maioria dos 1.400 participantes. As Ligas tinham 215 representantes, liderados por Julião. A inferioridade numérica foi compensada pela proposta que os camponeses das Ligas defendiam: reforma agrária na lei ou na marra. Com ela conquistaram o plenário e aprovaram a proposta de reforma agrária radical, derrotando as posições da ULTAB e do PCB. A linha do partido – que definira isso no seu V Congresso, realizado naquele ano – era a de conquistar a reforma agrária por etapas, sem radicalismos. Fazia parte de sua nova estratégia de frente única, que estimulava a aliança com a burguesia e até com latifundiários. O inimigo na concepção do campo majoritário do PCB era o “imperialismo americano”. A nova estratégia dos comunistas descartava a revolução pelas armas; clamava, agora, pela chamada “via pacífica”.²⁰

Em momento posterior, outras narrativas, porém, não descrevem toda essa radicalidade na atuação de Julião e das Ligas. Uma das denúncias mais comuns contra a ação das Ligas era a de que elas promoviam o incêndio dos canaviais. Infiltrava seus homens dentro das plantações para que eles tocassem fogo em tudo. A denúncia era repercutida na Assembléia Legislativa, encontrava eco na polícia, chegava à Imprensa nacional. Mas Julião descartava a participação de integrantes das Ligas afirmando: *“É preciso que ele seja um piromaníaco para que incendeie plantações que lhe deram trabalho para cultivar”*. Não acreditava que eles tivessem ocorrido por “combustão espontânea”, mas afirmava que *“uma ponta de cigarro e a fagulha desprendida da chaminé de uma locomotiva (havia trilhos próximos a alguns canaviais) podem produzir incêndios”*. Outra possibilidade levantada por ele era a de que os próprios donos das terras recorriam ao incêndio para *“apressar a colheita, uma vez que é mais econômico cortar a cana depois de queimada toda a palha”*. Havia casos também, denunciava, em que os proprietários dos engenhos, estando em dificuldades, determinavam eles mesmos os incêndios: *“Assim, recorrem às usinas e vêem o seu produto colocado em primeiro lugar”*.²¹

O fato é que nunca ficou provada a participação de integrantes das Ligas nos incêndios. Na Assembléia, Julião vivia solicitando, sem sucesso, a formação de uma comissão formada por *“deputados de todos os partidos com assento nesta Casa para, devidamente assistida por agrônomos e outros técnicos, inclusive do gabinete de identificação da Secretaria da Segurança Pública, investigar as verdadeiras causas dos incêndios de canaviais”*.²² O que nos foi possível observar é que existem variações entre as versões narradas por Julião. Nunca se comprovou que Julião tivesse participação em ações radicais. Além disso, coexistem interpretações divergentes entre participantes da luta nos anos 50 e 60, estudiosos e o próprio Julião.

Foi das Ligas Camponesas que saiu a primeira tentativa, nos anos 60, de organização da luta armada no Brasil. Uma facção das Ligas, cujo principal dirigente era o advogado e ex-deputado comunista Clodomir Moraes, foi quem levou o projeto adiante, com apoio cubano. Em seu relato, Clodomir afirma que ele e mais 11 membros das Ligas, alguns ex-membros do PCB teriam feito o curso de guerrilhas em Cuba, entre 28 de julho e 20 de agosto de 1961. O programa desse curso incluía aulas desde como fazer coquetel Molotov e bomba incendiária, até treinamento de tiros ao alvo, manejo de armas, marcha nas montanhas e doutrinação ideológica.²³

A maior parte do treinamento dos militantes das Ligas que aderiram à opção guerrilheira, porém, deu-se em território brasileiro, e também com o apoio direto de Cuba. Conhece-se, pelo menos, um desses locais: ficava no nordeste de Goiás, na área rural de Dianópolis. Os participantes eram, basicamente, camponeses (poucos) e estudantes secundaristas e universitários de Pernambuco. Nunca se comprovou que Julião tivesse tido alguma participação na montagem dessa estrutura guerrilheira.²⁴

O próprio Clodomir, que fora seu braço direito até determinado momento e depois se tornara seu adversário na disputa pela liderança das Ligas, afirmou que Julião jamais entrou em contato com os cursos de treinamento, não tendo sequer idéia das localizações. O discurso de Julião costumava estar

²⁰ Azevedo (1982), Carvalho (1996) e Ricci (1999). As divergências com o PCB foram abordadas anos depois na entrevista de Francisco Julião a Aspásia Camargo, no México, em 1977: *“os comunistas não tiveram um papel destacado, nem predominante, na luta pela organização do camponês brasileiro. Isso é explicado porque eles partiam de teorias leninistas de que a revolução social deveria ser conduzida, sistematicamente, pela classe dos trabalhadores urbanos, pelo homem da fábrica. Embora eu considere que essa é uma teoria que não tem tido constatação naqueles países que não estão ainda legalizados, onde a grande massa do trabalhador, o proletariado, se encontra no campo e não na cidade. A China demonstrou o contrário: a revolução se fez do campo para a cidade; Cuba também”*.

²¹ Cit. Santiago (2001: 38).

²² Cit. Santiago (2001: 38).

²³ Rollemberg (2001).

²⁴ Rollemberg (2001).

repleto de ameaças de “revolução”, mas para adversários e até mesmo para alguns aliados, ele prometia ações que não passavam de bravatas. Ficou famosa sua afirmação, em 1963, de que no caso de os militares tentarem um golpe ele disporia de “100 mil camponeses” prontos para entrar em ação. No próprio dia do golpe, em 31 de março de 1964, enquanto os tanques tomavam as ruas sem reação alguma, ele – sem ter conhecimento ainda da dimensão do levante militar – discursava afirmando que havia “500 mil camponeses” prontos para enfrentar “os gorilas golpistas”.²⁵

Julião manteve uma posição cautelosa em relação à luta guerrilheira. Mantendo relações estreitas com Cuba e radicalizando suas posições nos famosos discursos que fazia, Julião, entretanto, se opôs à facção favorável à guerrilha²⁶. Era contra a luta armada, nunca viu essa opção como a correta para os problemas do Brasil. “Sempre considere”, explicou, “que nem sequer podíamos imaginar a possibilidade de guerrilha num país que teve sempre o sentido da legalidade democrática muito profunda, desde o Império, desde a Constituição de 1922”. Disse que Clodomir, embora fosse “um homem dinâmico, capaz, que ajudou muito a fundar Ligas Camponesas por aí”, ao mesmo tempo “criou problemas seríssimos” para a organização: “Foi um dos homens que causaram muitos danos ao desenvolvimento pacífico do movimento camponês, porque em dado momento inseriu o problema da guerrilha dentro do movimento”.²⁷

Julião se movimentava num cenário político e social que estava em mudança acelerada e, internamente, as Ligas se revolviam na busca de uma linha de pensamento e ação que se adequasse ao novo momento. Os líderes lançavam suas propostas – as chamadas teses – para serem discutidas e depois submetidas à votação, em um encontro nacional. A tese de Julião foi publicada no jornal A Liga, pertencente à organização, com o título “Unificar as forças revolucionárias em torno de um programa radical”. Defendia a criação de um Movimento Unificado da Revolução Brasileira –MURB, ao qual caberia encabeçar a luta pela aplicação de uma série de reivindicações nitidamente revolucionárias. Não se contentava só com uma reforma agrária radical, queria também reforma urbana radical, reforma industrial radical, reforma bancária radical, reforma de ensino radical. De acordo com essas “reformas radicais”, os aluguéis seriam reduzidos em 50% e cada inquilino adquiriria automaticamente a preferência para comprar o imóvel. As grandes indústrias instaladas no País – mesmo que fossem estrangeiras – seriam encampadas. O sistema financeiro seria nacionalizado. As Forças Armadas teriam os seus efetivos reduzidos e seriam criadas milícias voluntárias de operários, camponeses e estudantes. A Lei de Segurança Nacional seria revogada. O voto seria estendido ao analfabeto. Todos os códigos de Direito Público e Privado seriam revistos.²⁸

Sofrendo ataque em várias frentes, desde a violência impune dos proprietários até o combate pela hegemonia da organização dos camponeses, as Ligas entraram numa escalada de radicalização política e ideológica que as isolou ainda mais – isolamento, aliás, do interesse tanto de quem a combatia pela esquerda e pela direita.

Politicamente, a organização, mais do que nunca, se posicionava contrária à quase totalidade das alianças e à boa parte das posições da esquerda brasileira. Em 1963, por exemplo, quando a esquerda em peso apoiou o plebiscito que decidiria pelo retorno do regime presidencialista, as Ligas ficaram contra. Os efeitos dessa radicalização se fizeram sentir também no discurso e nas propostas de ação. A cartilha *Bença, Mãe!*, que tratava da relação com os sindicatos, é um exemplo emblemático disso.²⁹ Lançada em janeiro de 64, ela traz duas dezenas de orientações – no texto classificadas de “conselhos” – para os camponeses. Ao voltar do exílio, Julião diria que nunca dera qualquer orientação para que o movimento praticasse atos fora da legalidade.

Alguns dos conselhos escritos por ele, na cartilha, contradizem isso:

- “Se um capanga matar um irmão teu, seja ele da Liga, do Sindicato ou da Cooperativa, pode matar o capanga, porque não é gente, é bicho”;
- “Mantém a tua foice sempre bem amolada atrás da porta para te defenderes da agressão do inimigo, que é o capanga e a polícia a serviço do latifúndio”;

²⁵ Pronunciamento de Francisco Julião em 31 de março de 1964. Congresso Nacional, edição de 1º de abril de 1964. Pronunciamento de Francisco Julião em 31 de março de 1964. Congresso Nacional, edição de 1º de abril de 1964.

²⁶ Ver convocatória “Encontro nacional de solidariedade a Cuba e de defesa do princípio de autodeterminação dos povos”, 1963 (mimeo).

²⁷ Entrevista Francisco Julião a Rodrigo Melo Franco de Andrade. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1982. Entrevista Francisco Julião a Rodrigo Melo Franco de Andrade. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1982.

²⁸ Cit. Santiago (2001: 46).

²⁹ A orientação para a fundação de sindicatos já estava presente na “Carta de alforria do camponês”, de 1961 (mimeo); no “Manifesto à Nação”, de julho de 1962 (mimeo).

- "Se o latifundiário derrubar a tua casa ou arrancar a tua lavoura, junta os teus irmãos e derruba a casa dele e arranca a lavoura dele, aplicando a lei de Moisés: dente por dente, olho por olho"
- "Faz economias, aperta mais o teu cinturão, compra uma "ferramenta" e esconde, para um dia ajustares conta com todos aqueles que mataram os teus pais, os teus avós, de fome, que ainda te perseguem e te humilham todo santo dia, usando até o nome de Jesus Cristo, que foi crucificado por eles";
- "Defende com unhas e dentes os canaviais, os cafezais, os cacauais, os arrozais e outras lavouras de largo cultivo, assim como as fábricas que transformam essas lavouras, porque todos esses bens foram edificadas por ti, custaram muito sacrifício dos trabalhadores e deverão um dia, quando o Brasil for um País Socialista, passar às tuas mãos, às mãos dos pobres, como ocorreu na União Soviética, na China, em Cuba e outros países".

Ao mesmo tempo, as Ligas iniciaram em 1963 um processo que, não tivesse sido abortado pelo golpe de 64, iria transformá-las em um partido, o primeiro partido agrário do Brasil. A primeira etapa desse processo aconteceu em 3 de outubro daquele ano, com a Conferência do Recife, que reuniu as 64 Ligas então existentes no País. Neste evento foi criado um Conselho Nacional das Ligas, ao qual todas elas ficariam subordinadas.³⁰ Em janeiro de 64, o Conselho aprovou também a criação, na estrutura do movimento, de um núcleo chamado de Organização Política (OP) – era o embrião do partido, que seguiria a ideologia marxista. O problema é que as Ligas se debatiam sobre a possibilidade dos partidos não contemplarem as reivindicações específicas do movimento. Com a criação de um partido, Julião acreditava ser possível incluir os camponeses, diretamente, no quadro político nacional:

"Os partidos formados no Brasil consideravam que a luta iria travar-se na cidade, que a classe obreira, que a gente da cidade, é que iria naturalmente ser os condutores disso. Eu achava que era possível incorporar a grande massa camponesa ao processo democrático brasileiro. E, por isso, era preciso um partido que cuidasse especificamente disso. O PSB, que era o meu partido, não quis se comprometer. O PTB e o PCB estavam muito empenhados na conquista da classe operária. Então era preciso que se formasse um partido agrário nacional, um partido que pudesse cuidar especificamente, e sobretudo, de arregimentar, organizar e politizar a massa camponesa".³¹

A criação de um partido agrário, a votação das teses e as questões internas das Ligas seriam discutidas em um encontro nacional, marcado para junho de 1964. Não houve tempo. O golpe chegou antes. As Ligas foram fechadas. Uma repressão violenta abateu-se sobre os camponeses que tiveram participação mais destacada no movimento. Julião, assim como outros líderes políticos de esquerda, foi cassado e preso.

Considerações finais

Ao analisarmos as narrativas e os usos do passado foi possível perceber a heterogeneidade da origem dos camponeses, somada à complexidade das categorias classificatórias, o que torna impossível a existência de critérios unívocos de classificação. As formas de classificar usadas por Francisco Julião não são estáticas, nem semanticamente estáveis, mas sujeitas a múltiplos usos e sentidos, segundo o contexto e a posição social que ocupa. Ademais, múltiplos critérios de classificação coexistem, compondo ou sobrepondo critérios de tempo, de moradia e apropriação da terra, sempre sujeitos às avaliações contextuais do enunciador. Assim, a identificação por parte de Julião de uma parcela dos moradores do campo como "camponeses" ou "foreiros" não significou a exclusão de habitantes com características distintas, tampouco produziu uma divisão entre mini-fundiários e sem terra. Também foi possível perceber que Francisco Julião não evoca o passado apenas para fazer uma reconstituição histórica, mas por meio dela explicar sua atuação no tempo/espço inserido. O passado também é evocado para legitimar direito à terra, através de narrativas que afirmam o trabalho e a labuta das terras pelos camponeses, "miseráveis", desde a colonização, passando pelo regime escravagista até os anos 60. Ao narrar seu passado, Julião não conta uma histórica única, com a qual todos concordam. Em suas narrativas existem, inclusive, diferentes versões sobre sua própria história e atuação. Os relatos, em geral, mencionam os mesmos eventos, mas apresentam agentes distintos, variam nos detalhes e são evocados em diferentes situações, de acordo com o momento que narra.

Vê-se evidenciado que a disputa pela terra ocupa uma posição central nas narrativas sobre o passado, na medida em que está associada ao processo de formação/transformação social e política do Brasil.

³⁰ Azevedo (1982).

³¹ Entrevista Francisco Julião a Rodrigo Melo Franco de Andrade. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1982.

Se por um lado a introdução de novas práticas pelas Ligas é concebida por Julião como estratégia contra a exploração dos camponeses, por outro lado, é apontada como um fator que contribuiu para a criação de diferentes formas de relações sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Fernando. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1996.

JULIÃO, Francisco. *Cachaça*. Nordeste, Recife, 1951.

_____, Francisco. *Irmão Juazeiro*. Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1961.

_____, Francisco. *Até quarta, Isabela!* Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965.

_____, Francisco. *Brasil, antes y después*. Editorial Nuestro Tiempo, México, 1968.

_____, Francisco. *Cambão, a face oculta do Brasil*. Centelha, Portugal, 1975.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. A História, cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. Revista Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, 1992.

PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve – o Nordeste do Brasil (1955-1964)*. Rio de Janeiro, Record, 1989.

POLLACK, Michael. *Memória e identidade social*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, N 10, 1992.

RICCI, Rudá. *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*. Mauad, Rio de Janeiro, 2001.

SANTIAGO, Vandek. *Luta, paixão e morte de um agitador*. Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, Pernambuco, 2001.

Fonte:

http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/452/Fernando_Henrique_Guimar%C3%A3es_Barcellos_-_NEAD_-_Artigo_Mem%C3%B3ria_Camponesa.pdf